



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 44000.003708/2006-91  
**Recurso nº** 145.713 Voluntário  
**Acórdão nº** 2401-00.377 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 4 de junho de 2009  
**Matéria** AUTO DE INFRAÇÃO -DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO  
ACESSÓRIA  
**Recorrente** JOÃO RODRIGUES NETO  
**Recorrida** SRP-SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Data do fato gerador: 01/01/2001, 01/07/2004

PREVIDENCIÁRIO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO  
ACESSÓRIA - AUTO DE INFRAÇÃO

A responsabilidade pessoa do dirigente público pelo descumprimento de  
obrigação acessória no exercício da função pública, encontra-se revogado,  
passando o próprio ente público a responder pela mesma.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Segunda  
Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Elias Sampaio Freire'.

ELIAS SAMPAIO FREIRE - Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cleusa Vieira de Souza'.

CLEUSA VIEIRA DE SOUZA – Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Bernadete de Oliveira Barros, Ana Maria Bandeira, Rogério de Lellis Pinto, Lourenço Ferreira do Prado e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

## Relatório

Trata-se de Auto de Infração, lavrado em face da pessoa física retro identificada, em virtude do descumprimento de obrigação acessória prevista na Lei n.º 8212/91

O presente Auto de Infração foi lavrado diretamente na pessoa do recorrente, em razão da sua condição de dirigente de órgão público que, nos termos do artigo 41 da Lei n.º 8212/91, responde pessoalmente pela multa aplicada.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Cleusa Vieira de Souza, Relatora

Presentes os pressupostos de admissibilidade, sendo tempestivo e dispensado da exigência do depósito recursal.

Conforme relatado trata-se de Auto de infração lavrado contra a pessoa identificada, por força das disposições contidas no artigo 41 da Lei nº 8212/91 (*in verbis*).

*Art 41. O dirigente de órgão ou entidade da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, responde pessoalmente pela multa aplicada por infração de dispositivos desta Lei e do seu regulamento, sendo obrigatório o respectivo desconto em folha de pagamento, mediante requisição dos órgãos competentes e a partir do primeiro pagamento que se seguir à requisição.*

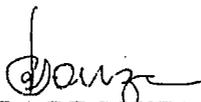
Todavia a procedência da autuação em questão encontra-se prejudicada, tendo em vista que o dispositivo legal que determinava a autuação pessoal do dirigente público, com a edição da Medida Provisória nº 449/2008, foi revogado passando a responsabilidade pelo descumprimento de obrigações acessórias aos próprios entes públicos.

Isto posto; e

**CONSIDERANDO** tudo o mais que dos autos consta;

**CONCLUSÃO:** pelo exposto, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER DO RECURSO, para, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 2009



CLEUSA VIEIRA DE SOUZA – Relatora